



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal Bonito de Santa Fé
CNPJ 08.924.037/0001-18

PARECER JURÍDICO

JUSTIFICATIVA TÉCNICA: Art. 38 da Lei nº 8.666/93

REFERENTE: Processo Nº 01/2021 – TOMADA DE PREÇO

NÚMERO DO CONTRATO: 246/2021

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo.

Cuida-se de solicitação e do contrato n.º 246/2021 (Processo Licitatório Tomada de Preço n.º 01/2021) encaminhado a esta assessoria pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional deste município, para análise e posterior parecer, focando a celebração de Termo Aditivo de Valor ao Contrato de N.º 246/2021.

Como partes se apresentam na qualidade de **CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Aurea Dias de Almeida, Nº 228, Centro, Bonito de Santa Fé, CEP: 58.960-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **08.924.037/0001-18**, por seu representante legal ANTÔNIO LUCENA FILHO, CPF: 570.882.094-20, e **MOTIVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º **31.381.604/0001-59**, com sede na Rua **ANTONIO LOPES BEZERRA**, n.º 60, Bairro dos Remédios, Cajazeiras – PB, CEP: 58.900-000, na qualidade de contratado, todos devidamente qualificados.

É o Relatório.

01/03



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal Bonito de Santa Fé
CNPJ 08.924.037/0001-18

A Lei Federal de Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, trouxe previsão legal para o caso em análise.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

O Contrato n.º 246/2021, oriundo do Processo Licitatório Tomada de Preço n.º 01/2021, também prevê em sua Cláusula Quarta a celebração de Termo Aditivo de Prazo, mediante prorrogação do prazo de vigência do Contrato Originário.

Assim, existe previsão legal e contratual para celebração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato originário, pelo fato da obra objeto do contrato ainda não ter sido concluída de forma integral, devido à superveniência de fatos excepcionais ou imprevisíveis, estranhos à vontade das partes.


02/03



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal Bonito de Santa Fé
CNPJ 08.924.037/0001-18

Pelo Exposto, esta Consultoria emite parecer favorável a celebração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato n.º 246/2021, oriundo do processo licitatório Tomada de Preço n.º 01/2021, pelos motivos exposto no presente parecer.

É o nosso parecer.

S.M.J.

Bonito de Santa Fé – PB, em 01 de novembro de 2022.

CICERO FEITOSA DE MOURA
Advogado Geral do Município